



“Como o polvo e o camaleão se transformam”¹

Modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna*

Antonio Castillo Gómez**

Muchas cartas tengo escritas a v. m. e a mi hermano Andrés Ruiz y a Hernando de Perales, mi hermano y de toda há sido mi ventura que de ninguno tengo recibido respuesta. No sé si lo hace los largos caminos y falta de mensajeros que debe de haber de esa tierra, y si escriben, no vienen bien encaminadas para que vengan a mi poder, de lo cual recibiría gran contento em ver alguna letra de esa tierra de mano de v. m.o de mis hermanos, como siempre he significado a v. m. y a los demás em mis cartas.

Otte (1988, p. 235)²

* Tradução de Alai Garcia Diniz, professora de espanhol do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina.

** Professor Titular de História da Cultura Escrita da Universidade de Alcalá de Henares, Espanha.

¹ Este trabalho se inscreve no marco das pesquisas realizadas com relação ao projeto *Documento, lengua y cultura escrita* (PB 97/777), financiado por la Dirección General de Enseñanza Superior e Investigación Científica, e a ajuda para a preparação de textos científico-técnicos *Los poderes de lo escrito en la España del Siglo de Oro* (TXT 99-1663), concedida pelo mesmo organismo. Depois disto, meu agradecimento a Rita Marquilhas, Diego Navarro Bonilla e Ana Chrystina Venancio Mignot por algumas sugestões bibliográficas que complementaram este trabalho e a Delphine Tempere pela generosidade que teve ao facilitar-me cópia de várias cartas privadas de emigrantes a Índias, entre elas as duas que se reproduziram neste ensaio. É o caso de Gaspar Mejía na carta que escreveu a Catalina Domínguez de Zacatecas no dia 5 de enero de 1587 (Otte, 1988, p. 212). As fórmulas de tratamento enumeradas procedem fundamentalmente das cartas recolhidas nesta obra e na de Sánchez e Testón (1999).

² Nota da tradutora: Em língua portuguesa, optou-se em geral pela modernização vocabular: “Muitas cartas tenho escritas a v. m. (vossa mercê) e a meu irmão Andrés Ruiz e a Hernando de Perales, meu irmão, e esta tem sido toda minha ventura que de nenhum deles recebi resposta. Não sei se isto é devido aos caminhos distantes e à falta de mensageiros que deve haver nessa terra e caso escrevam, não vêm bem encaminhadas para que cheguem a meu poder, pois me traria grande alegria ver alguma letra dessa terra pela mão de v.m. ou de meus irmãos, como sempre o expressei a vossa mercê e aos demais em minhas cartas”. (Otte, 1988, p. 235).

1 A ida e a vinda das cartas: uma escritura necessária

As palavras que abrem estas páginas, tomadas da carta que Blas Ruiz de la Vega, emigrante a Índias, escreveu a seu tio de Honduras no dia 25 de dezembro de 1575, refletem bem a importância que a correspondência escrita estava adquirindo como um dos instrumentos de comunicação mais efetivo da sociedade dos séculos XVI e XVII (Gimeno 1999, Castillo, 2000). Do escritório dos governantes aos escritórios das pessoas de letras passando por algumas salas de casas mais humildes, muitas foram as situações e os lugares que logo se viram surpreendidos pela chegada de um mensageiro ou de um cavaleiro portando novidades.

Graças ao laço de união sustentado pelas cartas as distâncias impostas por qualquer razão, principalmente pelas guerras ou pela emigração em busca do “Eldorado” americano, tornaram-se mais toleráveis; as relações pessoais puderam manter-se vivas a mercê da confissão compartilhada no espaço de uma missiva e as informações e ordens do rei chegaram aos pontos mais recônditos da vasta e dispersa geografia do império hispânico.

Certamente a carta não é nenhuma invenção daqueles séculos, pois, de um modo ou de outro, sua origem se perde na Antiguidade, talvez em um dos remotos fragmentos do Antigo Egito, e, por outro lado, qualquer dos tratadistas que se ocuparam dela no Século de Ouro menciona a Cícero quase como o *homo factor* da arte epistolar. Entretanto, a Época Moderna colocou novas e interessantes oportunidades que tornaram possível uma maior produção e extensão social da correspondência escrita, devido, fundamentalmente, a duas razões.

A primeira, o indiscutível crescimento da alfabetização, já que, sem necessidade de entrar na quantificação sempre complexa e insegura dos leitores e escrevedores, todos os dados apontam àquela como uma sociedade mais alfabetizada e principalmente mais presa nas redes do escrito. É possível que ela se movesse entre a necessidade de escrever e a obrigação de o fazer, cuja conseqüência mais clara seria uma certa afasia de escritura ou alfabetização funcional, quer dizer, reduzido ao emprego da competência gráfica para completar uma memória de contas, subcrever um documento notarial ou redigir um recibo (Bartoli

Langeli, 2000, p. 109); mas em si, já supunha uma contingência que não havia existido com tal intensidade nos séculos precedentes.

E a segunda, acho que seria a consciência do desenraizar-se motivado por determinadas circunstâncias próprias daqueles dias, tais como a mobilização por causas militares e, em particular, a avultada emigração a terras americanas, pois salvo quatro aventureiros foram mais os que partiram empurrados pela precariedade de suas vidas. Daí que se possa afirmar de tantos daqueles espanhóis o mesmo que Andrée Rocha disse dos portugueses, isto é, que a ausência prolongada, primeiro como descobridores e depois como emigrantes, determinou neles um longo uso da forma epistolar. (Rocha, 1985, p. 14-15)

Resultado disso, a ida e a vinda das cartas faziam parte da realidade cotidiana daqueles tempos e o de carteiro um dos ofícios dignos de figurar na Praça Universal de todas as ciências e artes (Madrid, Luis Sánchez, 1615), de Cristóbal Suárez de Figueroa. María de Orozco, por exemplo, chegou a escrever a bagatela de duas mil missivas entre 1673 a 1709, na proporção de mais de cinquenta por ano. Mas não foi a única, nem sequer a principal. Basta folhear os epistolários da época para comprovar a alongada sombra dessa paixão.

É claro que seria maior quanto mais o era o hábito e o caráter cotidiano da escritura. A esse respeito, um personagem daquele século, o banqueiro Andrés Ruiz, confessou, por carta a seu irmão Simón, remetida de Nantes no dia 28 de outubro de 1576, que eram tantas as cartas que recebia e escrevia que passava horas e horas sentado na escrivaninha “sin tener otro descanso sino solamente oír la missa y todo el día escrever y escrever cartas”. (Lapeyre, 1955, p. 58)

Sem a presença das cartas é difícil imaginar a vida, pública e privada, de pessoas tão habituadas a escrevê-las como, entre outros: Cisneros, Estefanía de Requesens, o embaixador Juan Dantisco, Teresa de Jesús, Juan de Ávila, Mateo Vázquez, el Conde de Gondomar, Felipe II, el Conde-Duque de Olivares, Antonio Pérez, el Conde de Basto, Ana de Jesús, Lope de Vega, María de Jesús de Ágreda, María de Orozco, Francisco de Quevedo ou Felipe IV, para referir a algunos dos epistolários editados. Além das remessas pertencentes, é claro, a pessoas de menor renome, caso das muitas cartas enviadas pelos emigrantes a Índias, cujo rastro

pode ver-se no *corpus* de 650, datadas entre 1540 e 1616, editado por Enrique Otte (1988), e, mais recentemente, pelas 108 do século XVI e 71 do XVII, enviadas entre Espanha e América, publicadas por Rocío Sánchez Rubio e Isabel Testón Núñez (1999). Ainda que as conclusões gerais deste estudo incluem o século XVIII, destacam-se vários pontos: 1º) 65% de tais cartas intercambiaram-se com um intervalo de tempo inferior a seis meses, o que no caso das que cruzaram o oceano supunha a possibilidade de transportá-las na mesma frota; 2º) o protagonismo dos remetentes femininos nas remessas epistolares entre o Velho e o Novo Mundo (58%), e o dos homens na correspondência trocada em terras americanas (77,3%) e 3º) o significativo volume daquelas escritas do cárcere (18,5%).

Como refúgio do privado, as cartas foram também uma das práticas de cultura escrita mais freqüentadas pelas mulheres (Zarri, ed., 1999; Torras, 2001), pois já se sabe que estas foram proibidas de toda a espécie de intervenção pública. Sua melhor prova está nas que se intercambiaram entre irmãos e irmãs, maridos e esposas, filhas e pais. Entre outros epistolários desse porte, podem ver-se as 102 cartas que Estefanía de Requesens escreveu a sua mãe Hipólita Rois, condessa de Palamós, entre 1533 e 1540, de onde assomam como temas a maternidade, a criação dos filhos e, em especial, a profunda relação entre a filha e a mãe. Escritas à maneira das epístolas familiares, adotam um esquema quase fixo em que primeiramente aparece alguma menção à carta anterior, seguido das demandas de informação sobre a saúde da mãe, as notícias dos filhos de Estefanía, as observações relativas a sua vida na corte e, por último, os diversos assuntos que trata com a mãe (Requesens, 1987; Vinyoles, 1993; Courcelles, 1995). Por sua parte, a freira Isabel de Baena quando se corresponde com a duquesa do Infantado em meados do século XVI, uma em Alcalá e a outra em Guadalajara, transmite-lhe conselhos e “consolações” espirituais, ainda que também não se esquece de colocar-lhe algumas petições mais mundanas; mas tudo, isso sim, com a maior discreção, para que o duque, pouco amigo de dar confiança a pessoas de religião, não soubesse de nada. (Castillo, 1997, p. 324-333) Em tal caso, como no de outros intercâmbios epistolares entre mulheres, as cartas constituíram uma forma de mediação e reconhecimento de autoridade.

Enfim, tal era sua importância que nem sequer os analfabetos se livraram desta necessidade. Especialmente sobre isto, vale recordar aqui o valioso testemunho que Cervantes nos oferece em dom Quixote. Trata-se daquela vez em que Teresa Panza recebeu algumas cartas, uma do “señor Sancho gobernador de la ínsula Barataria” e a outra da “duquesa”. Vendo-se na obrigação de lê-las, não quis que o fizesse por ela nem o padre nem o bacharel Sansón Carrasco, por mais que Sanchica dissesse que iria buscá-los, e confiou a tarefa ao pajem que as tinha levado. Do mesmo modo, quando teve que escrever “de la respuesta”, também não quis que o fizesse o bacharel, a quem “via como um pouco zombador” e preferiu acudir a “um jovem religioso que sabia escrever”, a quem pagou com um bolo e dois ovos (II, 50). Dessa maneira, Teresa entrou em relação com o mundo da escritura e pôde também preservar a intimidade da matéria vertida naquelas cartas.

Escrevê-las, em suma, era uma atividade corrente entre administradores, burocratas e letrados, quanto a todos eles, por umas ou outras razões, viviam aferrados ao papel e à pluma; mas também encontrou seu tempo e seu momento na vida de um número mais amplo de pessoas, sendo isto o que, uma vez mais, autoriza como o principal dos meios de comunicação social escrita na Espanha do Barroco. Pessoas de pluma e sem ela acharam na escritura de cartas o laço de união com suas famílias e parentes, um eficaz consolo contra a distância intermediada por um oceano, o instrumento mais útil para atender um governo bastante apegado ao império dos papéis ou o consolo com que suprir a morte em vida de um tempo entre grades. Razões pessoais, familiares, políticas ou religiosas foram, entre outras, as causas que desencadearam cada uma destas escrituras desde a ausência.

“Conversação entre ausentes”, segundo palavras de Luis Vives, ou “transporte de mensagens que se envia ao ausente por escrito em qualquer matéria que seja”, de acordo com o *Tesoro de la lengua castellana o española* (1611), de Sebastián de Covarrubias, eram os termos mais usuais na hora de definir a carta, remetendo-se a discursos mais antigos.

Nascida de um silêncio consubstancial à própria escritura (Lledó, 1998), a correspondência veio a desempenhar funções tão variadas como pudessem sê-lo as motivações que as geraram. Vives dizia também, em uma das suas obras, que as cartas ti-

nam surgido “para poder transmitir a outros as próprias idéias e pensamentos, sendo assim fiel intérprete e mensageira entre os homens”. (Vives, 1978, p. 599) Claro que o mestre parece esquecer que não só serviam para expressar idéias e pensamentos, notícias ou consolos espirituais, mas também para compartilhar vivências mais íntimas, pessoais e até mundanas. Assim, muitas das correspondências de então permitem seguir o curso dos problemas políticos e diplomáticos através das missivas escritas pelos secretários, governadores ou embaixadores implicados neles (Riba, ed., 1959; Rodríguez, 1963; Santiago, 1973; Elliot e Peña, 1978-1981; Pérez, 1986; Fontán e Axer eds., 1994; Valladares, 1998; Gondomar, 1999); outras vezes é a religião e a razão de Estado, segundo apreciamos na nutrida correspondência de Felipe IV com María de Ágreda (Ágreda, 1958 e 1991) e a condessa de Paredes de Nava (Pérez Villanueva, 1986); em algumas assuntos do espírito e domésticos, como nas cartas de Ana de Jesús (Torres, 1995); as relações entre Felipe II e suas filhas (Bouza, ed., 1998); ou as aventuras cotidianas dos emigrantes e povoadores do Novo Mundo (Otte, 1988; Sánchez e Testón, 1999); para referir-me só aos epistolários editados. Fora estes, nos fundos de arquivos e bibliotecas seguem dormindo seu particular sonho do esquecimento muitas outras cartas que testemunham o amplo vestígio desta prática de cultura escrita.

Dada sua estreita conexão com os roteiros de cada indivíduo, a comunicação epistolar representa uma das manifestações mais evidentes de escritura subjetivo e existencial. No nível das relações familiares serviam para expressar a emoção e o sentimento experimentados pela chegada de novidades, fossem do marido ou de um filho ausente, conforme se pode apreciar na passagem que segue, extraído da carta de resposta de Juana Rodríguez Barroso, datada em Trujillo a 16 de julho de 1589, a outra de seu filho Cristóbal Fernández de Vivar, residente na cidade do México:

A dieciseis de Julio recibí una vuestra, com la cual recibí muy gran contento, y después que vuestro hermano me leyó la suya me dio muy gran pena en saber que habéis estado tan malo. Y estais en mi conciencia, que estaba vistiendo una saya para ir a misa y que no acertaba a vestirmela, y a vuestro hermano se le saltaron

*las lágrimas de los ojos: estándola leyendo se limpió con el pañizuelo dos veces, de penado que estaba.*³ (Sánchez e Testón, 1999, p. 198)

E igualmente para mostrar reprovações e pesares, principalmente quando o silêncio aumentava mais do que prescreviam as distâncias e os fluxos epistolares, conforme lemos na missiva de Francisca de Vergara, de Sevilha a seu marido Roque de Santa María, em Pázquaro, escrita no dia 3 de setembro de 1604:

*Desde que está em esa tierra no he tenido carta suya, débelo hacer la poca voluntad que tiene o una grande falta de papel que por allá hay - avíseme para que yo diga a los mercaderes que envíen a esa tierra mucho papel. No ha quedado por falta de diligencia que he hecho para buscarlas; no me quedó Contratación ni otras partes donde yo entencia que podían venir.*⁴ (Sánchez e Testón, 1999, p. 257)

Claro que às vezes as cartas chegavam na hora mais inoportuna, em particular quando um dos correspondentes havia inaugurado uma etapa diferente. Foi o caso, por exemplo, de dom Diego Távira, emigrante residente no México, e casado ali em segundas núpcias, respeito à mulher que havia deixado na Espanha, a partir dos comentários que verteu numa carta escrita a sua mãe dona María Capacha de Monsalve, residente em Granada, no dia 2 de junho de 1619:

Y pues ya estoy em nuevo estado y em servicio de Dios, me deje com sus cartas y no se acuerde de mí, porque voto a Dios que si mil cartas me escribe, que tengo de hacer lo que hice con ésta que me envió, que fue - conociendo la letra - hacerla em pedazos antes de leerla. Acabáse ya de una vez las cosas con esta mujer y no esté v. md. ya de su

³ “A 16 de julho recebi vossa carta com a qual fiquei muito contente, e depois que vosso irmão me leu a sua me deu muita pena ao saber que haveis estado tão mal. E estais em minha consciência que estava vestindo uma saia para ir à missa e quase não acertava vesti-la e a vosso irmão saltaram lágrimas aos olhos enquanto a lia e se limpou com um lenço duas vezes tão grande era tristeza que sentia.”

⁴ “Desde que está nesta terra não tive carta sua, deve ser pela pouca vontade que tem ou uma grande falta de papel que haja por aí – avise-me para que eu diga aos mercadores que enviem a essa terra mais papel. Não foi por falta de diligência que fiz para buscá-las; não ficou nenhuma Contratação nem outras repartições onde eu imaginava que pudessem chegar”.

*parte, pues ya estoy casado y en servicio de Dios.*⁵
(Sánchez e Testón, 1999, p. 299-300)

Ao destruir as cartas que recebia de sua mulher dona Ana de Figueroa, Diego Tavira de Toledo mostrou sua vontade de encerrar uma página de sua vida e de abrir outra. A emigração deu-lhe esta oportunidade “e deste modo me deram por livre e para que gozasse de minha liberdade, por isso perda já as esperanças tão grandes que teve”, continua dizendo a sua mãe em referência a sua primeira esposa.

Em outras circunstâncias a destruição material da correspondência foi a condição necessária para manter o segredo da matéria tratada ou a intimidade de uma amizade perigosa. Citarei aqui um par de testemunhos: primeiramente o testemunho das cartas que mandou queimar a duquesa do Infantado, dona Isabel de Aragón, para ocultar a comunicação epistolar, mal vista por seu marido, que mantinha com a freira Isabel de Baena, ao dizer, entre outros temas, pela testemunha Francisco de Murueña, chamada a declarar no processo inquisitorial contra Isabel Ortiz: “Perguntado onde estão as tais cartas da dita Ysabel de la Vaena para a tal duquesa, disse que, depois de que esta testemunha tivesse respondido a elas, mandava-as dar a duquesa a Ana de Terreros, sua menina, e esta por sua vez as dava; e a Ana de Terreros disse a esta testemunha que a duquesa mandava queimá-las para que o duque não as visse [...]” (Castillo, 1997, p. 328); e segundo, a petição similar que Luisa de Carvajal fez a Madalena de San Jerônimo por meio de outra, datada em Valladolid a 16 de novembro de 1603, ao confiar-lhe o segredo de sua iminente partida à Inglaterra: “Esta carta seja queimada logo suplico a vossa mercê, e não me convém que o saiba nenhuma criatura viva até estar lá, pois minha partida há de ser muito encoberta, para o qual sairei daqui a outro lugar, que não haja pessoa que pergunte por mim, que ainda os da Companhia que me conheciam se esparramaram de maneira que me causa admiração”. (Carvajal, 1965, p. 138)

Tirado da literatura mas igualmente significativo é o de Leriano de *Cárcel de Amor* (1492), de Diego de San Pedro, que como se sabe, no momento de sua morte, não pode fazer por

⁵ “E deste modo já estou em novo estado e em serviço de Deus, me deixe com suas cartas e se esqueça de mim, porque voto a Deus que se mil cartas me escreve, que tenho que fazer como fiz com esta que me enviou que foi – conhecendo a letra – rasgá-la em pedaços antes de lê-la. Acaba-se já de uma vez por todas as coisas desta mulher e não fique vossa mercê de seu lado, pois já estou casado e a serviço de Deus”.

menos que beber as cartas da amada, já que “quando pensava rasgallas, parecíale que ofendería a Laureola en dexar perder razones de tanto precio” e “quando pensava ponerlas en poder de algún susto, temía que serían vistas, de donde para quien las embió se esperaba peligro”. (San Pedro, [1492], 1995, p. 79)

Sem dúvida, a confidência é um dos motivos que apóiam a produção epistolar. Observamos isto em uma carta das que o rei Felipe IV escreveu à freira de Ágreda, datada em Zaragoza no dia 4 de outubro de 1643: “Escrevo-lhe com meia margem, para que a resposta venha neste mesmo papel, e vos encarrego e mando que isto não passe de vós a ninguém”, assim como em outra dela ao frei Juan de Nápoles, datada de 9 de fevereiro de 1647: “Escrevo esta carta sem que ninguém o saiba, suplico a Vossa. Revma. Responda-me com o mesmo segredo, e será subscrevendo a mim, que segura chegará.” Segredo que, em casos como este, estava muito vinculado aos problemas que podia gerar o fato de que algumas pessoas intrigantes da corte conhecessem tais missivas. Que é precisamente o que aconteceu com a que sóror María escreveu ao duque de Híjar pouco antes de se descobrir a conspiração do duque contra o rei, e que ele utilizou no julgamento como estratégia de sua defesa. (Ágreda, 1958)

Outras vezes, entretanto, as cartas deixaram ver certas limitações como meio de comunicação. A probabilidade de que pudessem terminar nas mãos não queridas restringia seu alcance, além de que a fixação escrita nem sempre era o leito mais adequado para a expressão de todas as idéias e de todos os sentimentos. Na correspondência entre María de Ágreda e o rei Felipe IV termina fazendo habitual a “muletinha” de “falar na forma que posso” ou “falar na forma que o permite a distância”. A freira inclusive chegou a dizer que “isto – o conteúdo da carta – melhor se dispusesse de outra maneira que fiando-o à pluma, pois por escrito é impossível satisfazer a V. M. adequadamente”. (Ágreda, 1991, p. 29) Por esta razão, determinados assuntos não os confiaram à correspondência ordinária e os deixaram para papéis e cartas mandados separadamente.

2 A busca do interlocutor

Prosseguindo com tal epistolário, quando Felipe IV corresponde com a freira de Ágreda o faz porque encontra nela o conselho e o sossego que necessita para acalmar sua atribulada vida, principalmente entre 1644 e 1649: “Acudo a vós para que me cumprais a palavra que em disteis de clamar a Deus para que guie minhas ações e minhas armas”, diz-lhe na carta que inaugura a relação epistolar, datada de 4 de outubro de 1643, e “vos encarrego que me ajudeis com vossas orações a defender-me de mim mesmo e desta natureza débil, pois sem dúvida a temo mais que a todos os inimigos visíveis que pressionam minha Coroa”, dirá em outra posterior, do dia 27 de julho de 1646. (Ágreda, 1958)

Observamos nisso como cada carta busca seu interlocutor, reclama a presença da pessoa ausente. Preserva os vínculos na distância e configura um espaço através do qual se expressam e desenvolvem as identidades pessoais, familiares ou sociais. Para os emigrantes a Índias, cada missiva entranhava a possibilidade de se tornarem presentes *in absentia*, de assegurar o contato conquanto haviam deixado atrás em sua busca da glória: a família, os amigos, a terra de origem. Para Estefanía de Requesens, esposa de Juan de Zuñiga, era uma maneira de prestar contas a sua mãe, a condessa de Palamós, durante sua estadia na corte de Carlos V junto a seu marido (Courcelles, 1995); enquanto que para a jovem Victoria de Toledo, primogênita de Pedro de Toledo, marquês de Villafranca, órfã de mãe, era um modo de requerer do pai, ausente por seu cargo de capitão geral das galeras em Nápoles, o conselho e a resposta para os muitos problemas de todo tipo que lhe deparava o devir diário. (Guillaume-Alonso, 1995)

Cada intercâmbio epistolar tem suas próprias razões, mas todos em conjunto participam de uma característica que define esta modalidade de escritura: a complementaridade entre a ausência e a presença. No momento que se “tomam cartas no assunto” (Torrás, 2001), quem escreve o faz pensando no outro com quem trava o diálogo. A carta conforma o lugar onde confluem as estratégias do autor/narrador e o receptor/leitor, que nem sempre devem entender-se como casais coincidentes, pois o gênero epistolar comporta tanto a distância entre a mão que escreve e a voz que narra como entre o leitor implícito e o destinatário ou

destinatários reais. (Violi, 1999) A este respeito Claudio Guillén falou da formalização de um “duplo pacto epistolar” baseado no fato de que a aparência de realidade pretendida pela carta, e expressa nos dêiticos que reforçam o aqui e agora da escritura, exige da confiança entre o “eu textual” e o “tu textual”. O que vem a significar que o autor não pode prescindir da aceitação por parte do leitor empírico e que, por isso mesmo, este há de aceitar a proposta de verosimilhança daquele: “Eu vos disse em minhas cartas a causa de minha permanência. Por isto não tocarei mais nisso, e fazei-vos saber como eu empreguei o que trazia em uma remessa de negros para levar ao governo, [...]”, aponta Sebastián de Llerena na carta que dirige a sua mulher Beatriz de Aguilar, em Sevilha, de Cartagena de Índias a 1º de outubro de 1567. (Otte, 1988, p. 287)

Definitivamente, “tanto o autor como o leitor hão de consentir com os dois desdobramentos”, de tal modo que “os dois pactos se solapam e recobrem a partir do ângulo de quem escreve que de quem lê”. (Guillén, 1998, p. 190) Sem essa confiança mútua, pouco sentido teriam cartas tão prolixas como a que lhe enviou Celedón Favalis a seu pai no dia 20 de março de 1587 de Los Reyes, no Peru, para informar-lhe de suas viagens por terras americanas e de tudo o que nelas havia encontrado (Otte, 1988, p. 431-436); ou a não menos substanciosa de Pedro de Nájera a seu irmão Diego González, em Cuenca, escrita de Lima a 27 de março de 1587 para dar-lhe notícia detalhada de como lhe ia e para interessar-se por um bom número de seus parentes e amigos de Cuenca. (Otte, 1988, p. 424-430)

De um modo ou de outro, as cartas levam implícita a presença de um destinatário, de um leitor, o que Claudio Guillén chamou de “interpersonalidade imaginada”, quer dizer, a imaginação do “tu leitor” por parte do “eu autor”. (1998, p. 196) Conforme afirmou Andréa Rocha, “a meio caminho, pois, entre o diarista que fala para si e o criador que fala para o público infinito e anônimo, o epistológrafo pratica uma opção, uma escolha que irrevogavelmente condiciona o texto que vai escrever, seja no plano da franqueza, seja no do estilo”. (1985, p. 18) Conseqüentemente, a materialização escrita da experiência pessoal é inseparável do pacto estabelecido com o leitor real, normalmente o destinatário. Um horizonte de expectativas que, está claro, também há que se considerar em grau distinto segundo que as

cartas tiveram um alcance estritamente privado, isto é, que foram lidas e apropriadas pelo destinatário real, ou inclusive pelos destinatários potenciais implícitos, entendendo por estes quantas pessoas eram aludidas na correspondência e para as que o emissor mandava recados; ou então que buscassem uma audiência mais extensa, fosse por via tipográfica, *verbi gracia* as do padre Juan Eusebio Nieremberg (1649), ou mediante cópias manuscritas, que foi o procedimento mais comum das chamadas “cartas públicas” e das privadas que se tornaram de domínio público. (Pagés-Rangel, 1997) Na medida que este fosse o objetivo, é claro que a produção epistolar dava maior relevo às regras de composição, ao estilo, à formalidade literária.

Deixando de lado o gênero da epístola propriamente dito, do qual o Século de Ouro também dá boa conta (Trueba 1996; López Bueno, 2000), a carta comum, também em outros períodos da história, arraigou-se ali onde houve uma separação física ou geográfica que desencadeou a necessidade de escrever. Em circunstâncias deste tipo as pessoas acharam nela tanto um refúgio do eu como um vínculo com destinatários da correspondência e com quantos integravam seu cotidiano prévio. A carta tratava de restabelecer este e de preservá-lo além das distâncias, por mais que em certas ocasiões também servisse para resolver as dificuldades e dá-lo por concluído. Quando não era deste modo, o desejo de receber notícias, de obter resposta, conforma uma das expressões mais habituais no discurso epistolar, segundo vemos, a título de mostra, nos dois parágrafos que seguem: o primeiro, da carta do humanista Pedro de Valencia a frei José de Sigüenza: “Não nos deixemos de escrever com freqüência pelo amor de Deus que eu sofro muito o carecer da vista perpétua e comunicação de vosso Pai e isto ainda que não haja coisa que o supra inteiramente, não foi inventado, nem parece ser possível, melhor remédio da ausência que as cartas” (Jones, 1985, p. 135); e o segundo, da que escreveu, de Sevilha, Francisca de Jesús a seu filho Francisco de Torquemada, residente no México, no dia 2 de julho de 1632: “O que vos peço, pelo amor de Deus, é que não deixeis de escrever, pelo amor de Deus, pois sabeis que não tenho nesta vida coisa de maior regalo que vós e a grande alegria que me dão vossas cartas.” Como também era usual que a carta começasse com uma fórmula equiparável, só que de agradecimento e satisfação por recebê-la: “Com vossa carta que recebi no aviso, recebi

o gosto que não saberei transmitir com palavras ao saber que vós e minha filha dona Maria estão com saúde [...]” (Sánchez e Testón, 1999, p. 326)

A distância necessária para falar do epistolar como uma produção discursiva é complementar à presença e à aparência de realidade. A carta, em palavras de Patrizia Violi, baseia-se em “um efeito simultâneo de presença e ausência, na qual, ainda que o receptor esteja sempre presente no texto, sua presença continuamente nos sugere um em outro lugar”. (1999, p. 191) Coloca-se no tempo de um presente frágil marcado pela nostalgia da presença perdida e a ansiosa espera do retorno de tal modo que a ausência faz da carta uma escritura de ficção. (Grassi, 1998, p. 6-7) É por isso que a teoria do gênero epistolar repete com frequência o tópico clássico, atualizado por Luis Vives, da carta como “conversação entre ausentes”; se bem que não seja menos óbvio, como tão certamente apontou Pedro Salinas, que “cartear-se não é falar-se”, ou, dito de outro modo, que “assimilar escritura epistolar à conversação é desentender-se da originalidade assombrosa, da novidade absoluta, com que aumenta a carta este negócio das relações entre pessoa e pessoa. É não se fixar em si própria, na fonte intacta, que a carta beneficia, e cujas preciosidades dispensa à humanidade”. (Salinas, [1948], 1993, p. 30)

É inegável que a linguagem epistolar abunda em indícios de oralidade derivados da função *presentificadora* que a acompanha e claramente conectadas com essa teoria do diálogo, da conversação; mas ao tempo procede recalcar que a carta, inclusive qual “espécie anfíbia, entre presença e ausência, entre falar e escrever”, deve considerar-se como “um suplemento da palavra falada em sua dupla conotação de substituto e de acréscimo; de supérfluo e necessário”. (Pagés-Rangel, 1997, p. 16-17) Depois de tudo, o fato de escrever é sempre um aditamento, posto que, segundo observou Claudio Guillén, “a escritura não se opõe à oralidade, nem a deixa atrás, mas a supõe, implica-a e a contém e ainda mais sobretudo a complementa, no trânsito crucial da fala à carta”. (1998, p. 181)

Além disso, as cartas explicitam um duplo ato de representação: por um lado, o da pessoa ausente que se mostra através do signo escrito e do suplemento que acarreta, e, por outro, por sua função como espaço de conhecimento pessoal, no dizer de Pedro Salinas ([1948] 1993, p. 35), isto é, na medida que “discurso de

evocação perpetuado em cada ato de leitura”. (Mandingorra, 2000, p. 4) A carta transcende o discurso enxuto da transmissão de uma série de notícias para configurar-se como consciência da subjetividade e como exteriorização do eu que escreve. (Pagés-Rangel, 1997, p. 6-7) Nesta ordem entraríamos no âmbito do que Claudio Guillén definiu como a “ilusão da não-ficcionalidade”, vinculada à co-presença do destinatário e cuja consequência pragmática seria o pacto epistolar do que antes falei. (1998, p. 184-190)

Enfim, uma atividade de cultura escrita que tem bastantes pontos em comum com o discurso autobiográfico, segundo se pode constatar pela carta que Manuel Díaz Enríquez enviou, em 1629, aos inquisidores do Santo Ofício do México para restaurar sua honra e sair ao passo das maledicências que seus inimigos haviam declarado contra ele. O réu a concebe como um memorial de descargas ante o tribunal e para isso desenrola uma estratégia textual, a do relato de suas aventuras pessoais, muito similar às operações do tipo discursos de vida (Castillo, 2001), como ele mesmo deixa ver na conclusão da missiva, quando apela, como também era habitual naquelas, ao argumento de veracidade:

Este es el discurso de mi vida, vs. ss., por amor de Nuestro Señor Jesucristo manden hacer las averiguaciones que fueren servidos de ella y castigar a quien tuviere culpa porque mis enemigos no se vayan en esta flota a Castilla y los testigos que tengo en mí abono y yo quede en esta prisión sin recurso. Y pues he caído en manos de príncipes tan católicos sea yo mirado de vv. ss. Con ojos de piedad y mis enemigos castigados conforme cada uno mereciere, y yo confío en la Virgen Santísima Nuestra, seré restituído a mi libertad, pues estoy cierto que no he cometido las maldades que me deben haber levantado mis enemigos, pues ésta debe ser la causa de yo estar en el presente estado y en todo lo que vv. ss. Mandaren, recibiré merced. (Sánchez e Testón, 1999, p. 632)

Neste caso, os fatos e situações evocados deviam ter muitas garantias de verossimilhança, dados os que eram os destinatários da carta; mas outras vezes não tinha por que ser do mesmo modo. É mais, tampouco importa demasiado que o dito/escrito fosse inteiramente certo, similar ao que acontece quando nos internamos em outros territórios do escrever pessoal, pois o verdadeira-

mente significativo é a *formalidade autobiográfica* que lhe confere o “eu textual”. E esta, como sucede em cada escritura de memória, é sempre o resultado do que se diz e do que se silencia, do que se escreve e do que se oculta. Memória e esquecimento, sem ir mais longe, estavam presentes na carta que Melchor Valdelomar remeteu a seu sogro Lorenzo Martínez de Carvallar de Veracruz a 22 de março de 1574. Com ela tentava atender as demandas de notícias do sogro, depois de desculpar-se pela demora em enviá-las, acrescentando que na frota passada não lhe haviam escrito porque quanto lhes havia ocorrido não eram precisamente fatos dignos de contar, mas de lamentar:

*Yo soy aficionado a escribir verdades, y en la flota en que vien no podía contar sino lástimas. Bien sabe que salí de Castilla sin un real, y con mucha gente, y mi mujer muriéndose, que gasté más de quinientos pesos de tipuzque en su enfermedad, y el día que llegué a México debía seiscentos pesos, y mi mujer y mis hijos en una cama muriendo, que no podíamos valer. Mire v.m. qué les podíamos escribir, y por no darle pena no escribí, ni dejé escribir a mi mujer, y por esta razón suplico a v.m. nos perdone, que nuestra voluntad es buena, y no esté enojado, que mi intención no es de darle pena ni enojo. He querido dezir y dar cuenta qué razón tuve para no escribir.*⁶(Otte, 1988, p. 85-86)

Pode ser que fosse o desejo de não inquietar o sogro ou também a desilusão diante do sonho de tantos buscadores de fortuna que cruzaram o Atlântico. Qualquer que seja a resposta, na medida que surgem das entranhas do próprio ser, as cartas comuns representam também um discurso onde o indivíduo configura sua identidade e a projeta aos demais através da escritura no momento de sua leitura. Escritas e lidas em tempos distantes, a ausência e a presença são uma só quando a carta chega a seu destinatário, este a abre e começa a ler um texto que podia iniciar-

⁶ “Eu sou amante de escrever verdades, e na frota em que vim não podia contar mais lástimas. Bem sabe que saí de Castilha sem um real, e com muita gente, e minha mulher morrendo, que gastei mais de quinhentos pesos de remédios em sua doença, e no dia que cheguei ao México devia seiscentos pesos, e minha mulher e meus filhos em uma cama morrendo, que não nos podíamos valer. Veja v.m. o que lhes podíamos escrever, e para não lhe dar pena não escrevi, nem deixei que minha mulher o fizesse, e por esta razão suplico a v. m. nos perdoe, que nossa intenção é boa, e não fique chateado, que meu desejo não é de dar-lhe pena nem aborrecimento. Quis dizer e explicar que razão eu tive para não escrever”.

se como o que segue, tomado da carta que escreveu Antonio Mateos a seu filho do vale de Tlaxcala na quarta-feira de cinzas de um ano próximo a 1561: “Filho meu muito amado: Uma carta de tua mãe e tua recebi, com a qual me alegrei muito ao saber de vossa vida e saúde, embora por outro lado sabe Deus a que chegou meu coração ao saber da necessidade que no tempo que me escrevestes, padecíeis tua mãe e tu, o qual eu creio ser assim, porque nessa miserável terra muitas vezes costuma haver necessidade.” (Otte, 1998, p. 144)

3 Do tratado ao formulário: estratégias textuais da disciplina epistolar

Tanto falar mediante cartas, como se proclamava no conhecido dito recolhido pelo mestre Gonzalo Correias em seu *Vocabulario de refranes y frases proverbiales* e por Pedro de Madariaga em seu *Honra de escrivanos* (1565), despertou a conveniência de pôr ordem nas mesmas e no modo de escrevê-las, atualizando, assim, a preocupação por um gênero cuja fortuna corre paralela ao ciclo inaugurado pela exaltação renascentista da *dignitas humanitatis* e pelo maior espaço dado ao íntimo e ao privado na Idade Modderna. A partir das *Letras*, de Hernando del Pulgar, impressas pela primeira vez em Zaragoza em 1493, pouco antes da morte do autor, as cartas foram adquirindo uma dimensão específica como gênero literário segundo avançava o século XVI, e especialmente nos dias de *Lazarillo de Tormes* (1554). Corrobora-o a publicação naquele tempo das *Cartas de refranes*, de Blasco de Garay (1541, 1545 e por volta de 1548); o *Proceso de cartas de amore*, de Juan de Segura (1548 e 1553); as *Epístolas familiares*, de Antonio de Guevara (por volta de 1539-1541); as novas reimpressões das *Letras*, de Hernando de Pulgar (1543 e 1545); as *Cartas*, de Pedro de Rhúa, datadas em 1540 e publicadas por Juan de Junta em 1549; ou as *Epístolas familiares*, de Francisco Ortiz, datadas principalmente nos anos 30, mas editadas em 1551, e outra vez em 1552.

São obras que desempenharam seu papel não já na articulação de um espaço estritamente literário, mas também na difusão do gênero, servindo eventualmente de modelos, como nos diz Melchor de Santa Cruz, em sua *Floresta española* (Toledo, Fran-

cisco de Guzmán, 1574), que se fez com certa carta tomada de *Cárcel de amor*, de Diego de San Pedro: “Um gentleman escreveu a uma senhora muito avisada uma carta tirada de um livro que se chama *Cárcel de amor*, parecendo-lhe que não saberia de onde se teria tirado. Como ela a leu em presença de quem a havia traído, devolveu-a, dizendo: Esta carta não está destinada a mm, mas a Laureola.” (Santa Cruz, [1574], 1996, p. 381)

A forte implicação social da carta se manifesta igualmente na contemporânea divulgação de um amplo número de artes, *estilos de escrever, formulários e manuais de escreventes*, cuja nômima a integram, de maneira fundamental: *Cosa nueva: Estilo de escribir cartas mensageras* (1547, 1549, 1553), do secretário Gaspar de Tejada; *Segundo libro de cartas mensageras* (1552), do mesmo autor; *Nuevo estilo de escribir cartas mensageras* (1547 e, com adições, 1552), de Juan de Iciar; *Manual de escribientes* (ca. 1552), de Antonio de Torquemada; *Estilo de escribir cartas* (1569), de Juan de Leras; *Arte de escribir cartas familiares* (1589), de Tomás Gracián de Antisco; *Formulario y estilo curioso de escribir cartas missivas* (1599, 1607, 1608, 1609, 1611, 1615, 1616, 1617, 1619, 1627, 1631), de Juan Vicente Pelliger; *Estilo y formulario de cartas familiares* (1600, 1607), de Jerónimo Paulo de Manzanares; *Nuevo estilo y formulario de escribir cartas missivas y responder a ellas* (1630), de Juan Páez de Valenzuela e Castillejo. Mais os diversos secretários que se publicaram naquela época em função de uma moda de alcance europeu: *Dirección de Secretarios de señores* (1613) y *Secretario de señores* (1622, 1639, 1645, 1667), de Gabriel Pérez del Barrio; o *El Secretario del Rey* (1620, 1637), de Francisco Bermúdez de Pedraza. Somente a enumeração de todas estas obras determina seu uso como instrumentos para organizar o estilo de escrever cartas, oficiais e também familiares.

Assim, como se pode ver pela relação anterior, após as obras inaugurais de Gaspar de Tejada e de Juan de Iciar, a segunda metade do século XVI e a primeira do século XVII, para não ir mais longe no tempo, se encheram de tratados dessa natureza, fossem paridos de novo ou fossem reedições dos que vinham circulando com destacado sucesso. É mais, em uma das peças que enlaçam o passo de um século a outro, o *Estilo y formulario de cartas familiares*, de Jerónimo Paulo de Manzanares, arcepreste de Uceda, o autor se serve do prólogo ao leitor para justificar a

publicação pelo êxito que havia colhido uma versão anterior, anônima, mas sua, da qual se chegaram a vender quase duas mil cópias: “Não me fazendo autor dele por alguns respeitos que então me moveram a calá-lo e foi tão bem recebido por todos que em breve tempo se distribuíram duas mil obras que imprimi em nome de Diego Martínez, livreiro de Alcalá.” Movido, pois, por um precedente tão notável e “principalmente [por] que não faltou quem, trasladando algumas cartas ao pé da letra e mudando a metade de outras que nele estavam, foi elaborado um formulário”, viu-se “forçado a volver pela honra do meu e tornar-lhe a imprimir no que são as cartas familiares, acrescentando muitas de novo, em forma e estilo que claramente, sem que pareça arrogância nem atrevimento [...], possa dizer que é meu”.

A sorte destas obras foi contemporânea a que obtiveram outros textos encaminhados a mostrar a aprendizagem da escritura, as tipologias gráficas ou os instrumentos de escrever (Hébrard, 1995; Gimeno Blay, 1997), de maneira que se pode dizer que uns e outros tratados promoveram uma determinada política da escritura. Segundo expressou Pedro de Mandariaga sobre o seu próprio, os manuais de caligrafia tentavam atender “a necessidade que todos os homens têm de saber escrever” (1565, p. 1r), ditando doutrina sobre o que isto significava e proporcionando uma série de conselhos práticos sobre o modo de tomar a pluma, os tipos de papéis ou a preparação das tintas; enquanto que os tratados epistolares nasceram com o fim de estabelecer algumas normas sobre a redação de cartas, a família destas e, em especial, o protocolo social da escritura, e inclusive, como Juan de Iciar com seu *Nuevo estilo de escribir cartas mensageras* (Zaragoza, Agustín Millán, 1552), com o compromisso mais reconfortante “de dar fruto a muitos e a outros dar-lhes em que se possa recrear alguns momentos perdidos”. (p. 4v)

Ao menos essa seria a pretensão inicial de um gênero que teve sua obra máxima no *Manual de escribientes* (ca. 1552) de Antonio de Torquemada. Segundo Jacques Lafaye, esta obra marca o ponto alto do secretário humanista, um modelo próximo ao do escritor, embora depois a tendência levou à substituição deste tipo de textos por outros que eram estritamente formulários, sem normas referidas ao estilo. Torquemada, em sua tentativa de ensinar o ofício, acudiu aos modelos clássicos ministrados pelas epístolas de Marco Tulio, Plínio, Sêneca, São Bernardo e as mais

próximas de frei Antonio de Guevara e frei Ortíz; enquanto fugiu descaradamente dos formulários, representados, pelo contrário, por obras como a do citado Jerónimo Paulo de Manzanares, que, por desejo de seu autor, carecia de “preceitos de como se hão de notar e escrever as cartas” (“Prólogo do autor ao leitor”, s. fol.). Esta afirmação corrobora a distância que se interpõe entre a colocação da obra de Torquemada e os formulários, de forma que, retornando mais uma vez a Lafaye, poder-se-ia dizer que “impor a cultura aos senhores e desbaratar os escritores de formulários (ou de cartas estereotipadas) são as duas caras de um mesmo combate pela sobrevivência do Humanismo”. (Lafaye, 1984, p. 251) Um combate que, na época, saldou-se do lado dos segundos, pois enquanto estes se sucederam com notável sucesso até a publicação, em 1630, do *Nuevo estilo y formulario de escribir cartas missivas y responder a ellas*, de Juan Páez de Valenzuela e Castillejo, o *Manual de escribientes* só circulou em versão manuscrita e haveria de esperar mais alguns séculos para conhecer a primeira impressão.

Não obstante, o fato de que, entre os anos de 1530 e 1630, o gênero epistolar se mumificasse, as cartas perderam o que tinham de arte para devir em simples artifício e o secretário mudasse de “herói humanista em simples covachuelista”⁷ (Lafaye, 1984, p. 258), não só deve ter uma leitura pessimista dado que também é o testemunho certo do êxito que estavam colhendo tais obras. Voltando os olhos à suposta ironia da “Aprobación” lopesca ao *Nuevo estilo y formulario*, de Páez de Valenzuela, as palavras de Lope de Vega podem ser entendidas também como a mais engenhosa constatação da função que vinham a cumprir aqueles formulários “mumificados”:

He visto, por mandato de Vossa Alteza, o Formulario de cartas, autor el doctor don Iuan Pérez de Valenzuela: no ay em én cosa que ofenda ni a la fe ni a las costumbres. Los estilos de tan diversas materias podrán darlas a los que escriben guiando la pluma a estos exemplares para no errar en la disposición ni en las cortesias, que, aunque la retórica natural es el maestro común desta ciencia (que quando viven

⁷ Nota da tradutora: O termo *covachuelista* era o nome que se dava a oficiais das secretarias de governo. Desse modo, a tradução poderia ser: *funcionário*.

*professan), mejor yrán con esta luz a la imitación del arte; pues no todos pueden leer para las severas y graves a Séneca y a Gerónimo, para las familiares a Ciceron y a Plicio, y para las infimas a Menucio e a Lhilelpho.*⁸ (Lafaye, 1984, p. 254, facs.)

À medida que as cartas, missivas, mensageiras ou familiares, passaram a ser um instrumento cotidiano da comunicação escrita na sociedade dos séculos XVI e XVII, os autores dos tratados compreenderam que a melhor maneira de atender essa crescente demanda era proporcionar um mostruário, o mais variado possível, e isso nos levaria também, conforme se disse em outros estudos, a considerar o século XVII como o momento em que a sociedade da corte exacerbou os controles sobre os gestos e as atitudes. (Miranda, 2000, p. 254)

Certamente a edição em formatos pequenos de boa parte dos manuais epistolares é um detalhe que não deve passar despercebido na hora de reconstruir seus horizontes de recepção. Segundo vimos, Juan de Iciar afirmou que seu *Nuevo estilo de escribir cartas mensageras* (1552) era publicado “com o desejo de trazer fruto a muitos”, o que acaso fosse uma maneira de apelar a um público amplo. Pode ser que não seja mais que uma mostra da retórica do autor, mas o certo é que, em 1629, a livraria madrilenha de Miguel Martínez contava com “quatrocentos formulários de cartas a real e a quartilho cada um” e outros “cento e cinquenta formulários de cartas encadernadas em dois reais cada um”, os quais, segundo Trevor Dadson, podiam corresponder tanto à obra de Juan Vicente Pelliger, custeada várias vezes pelo livreiro, como, o mais provável, ao *Estilo y formulario de cartas familiares*, de Jerónimo Paulo de Manzanares (Dadson, 1998, p. 318, 503 e 505).

O outro lado da moeda é oferecido pelo rastreamento de tais textos nas bibliotecas particulares, pois, baseando-me nos inventários estudados e editados por tal autor, só observei os seguintes assentos: “Um livro do Mestre Ju[an] de Iciar de matéri-

⁸ “Li, por ordem de Vossa Alteza, o Formulário de cartas, autor o doutor dom luan Pérez de Valenzuela: não há nele coisa que ofenda nem à fé nem aos costumes. Os estilos de tão diversas matérias poderão dar aos que escrevem guiando a pluma a estes exemplares para não errar na disposição nem nas cortesias, que, ainda que a retórica natural é o mestre comum desta ciência (que quando vivem professam), melhor irão com esta luz à imitação da arte; pois nem todos podem ler para as cartas severas e graves a Séneca e a Gerônimo, para as familiares a Cícero e a Plicio, e para as ínfimas a Menucio e a Lhilelpho.” (Lafaye, 1984, p. 254, facs.)

as e outras coisas”, que bem pudesse ser el *Nuevo estilo de escribir cartas mensageras*, na biblioteca do poeta e político Diego de Silva e Mendoza, conde de Salinas, e várias obras italianas na de dona Francisca de Paz Jofre de Loaysa, uma registrada como “forma de [e]scriuir cartas”, talvez a *Theorica et pratica... de modo scribendi*, de Sigismundi de Fantis, e a outra como “suma de secret[ari] vniversalí”, acaso o *De Secretario*, de Francesco Sansovino. (Dadson, 1998, p. 407 e 457) Além da cidade e de usuários tão notáveis, nada disto ia entre as mercadorias do pobre feirante falecido no hospital do povoado palentino de Villerías de Campos em 1575, cujo inventário constitui um caso único para indagar no mercado da literatura de cordel. (Arroyo, 1999)

Pendentes de um estudo mais específico sobre as redes de distribuição destes tratados e de um rastreamento pormenorizado de sua presença nas bibliotecas do Século de Ouro, falta saber se chegaram a outros públicos mais populares, como se afirmou sobre os *Secretarios* franceses, incluídos no repertório da *Bibliothèque bleue*. (Chartier, 1991, p. 177-183) Os dados anteriores assinalam, entretanto, que os destinatários dessas obras não deviam ser tão imprecisos e amplos como induz a pensar a menção de Iciar, mas os membros de uma comunidade mais restrita composta fundamentalmente por secretários, burocratas, profissionais da escritura e, em geral, os representantes da sociedade da corte, onde mais efetiva podia ser sua funcionalidade retórica e social. (Petrucci, 2000, p. 616) Pense-se, além disso, que o subtítulo do *Formulario y estilo curioso de escribir cartas missivas*, de Pelliger, precisa que a obra trata da “ordem que ao presente se guarda e a que devem ter quaisquer prelados e senhores nas cartas que escrevem a todo gênero de pessoas”; e igualmente na ocupação e procedência dos autores: Antonio de Torquemada foi secretário do conde de Benavente, a quem dedicou seu *Manual*; Pelliger fez o mesmo com a sua ao varão de La Laguna, don Martín de Espes de Alagón e Luna; e Jerónimo Paulo de Manzanares era secretário do arcebispo de Toledo dom Gaspar de Quiroga quando preparou el *Estilo y formulario de cartas familiares* (1607), na ocasião, dedicado a outro arcebispo da mesma diocese, dom Bernardo de Sandoval y Rojas.

Gaspar de Tejada declara que sua obra *Cosa nueva. Primero libro de cartas mensageras en estilo cortesano para diversos fines y propósitos con los títulos y cortesías que se usan en todos los*

estados (Valladolid, Sebastián Martínez, 1553), era, antes de tudo, um compêndio onde se expunham as “condições do bom secretário, sábio, fiel, diligente experimentado”. (p. A8) Daí que seu conteúdo se centre na “ordem que se tem nisto dos títulos e cortesias”, por um lado, e em uma soma de “avisos para as cartas”, por outro. De acordo com isso, o bom secretário devia encarregar-se das cartas de seu senhor procurando que as mesmas cumprissem uma série de requisitos, que fossem suficientes para poder entendê-las como projeções simbólicas de quem as enviava. Insiste-se em que se escrevam em um estilo grave e amoroso que expresse a autoridade do senhor, mesclado “de maneira que seja saboroso para todos os gostos”, cuidando que “não pareçam de palavras alheias” e fugindo à prolixidade e à bastardia dos vocábulos estranhos, “havendo-os nesta língua tão doces, copiosos, graciosos e legítimos como em qualquer das melhores do mundo”. (p. A8r) Recomenda, por sua vez, como era comum na literatura o uso que as cartas tiveram sempre em conta a matéria da qual tratavam e a condição ou *status* das pessoas a quem se dirigiam: “Irão todo gênero de cartas de uns estados a outros para diferentes propósitos segundo quem escreve e a quem e sobre qual negócio, como o aprendi de um senhor com quem me criei que ordenava por minha mão o que não queria que fosse pela do secretário que tinha por muito bom.” (p. A8r)

Tratava-se, conseqüentemente, de um manual no qual príncipes, cardeais, altas dignidades, senhores, cavaleiros e, enfim, certos particulares, sempre, como se vê, seguindo uma apresentação coordenada com a estrutura social, pudessem achar algumas pautas para orientar suas relações epistolares, especialmente devido ao amplo sucesso destas naquela sociedade de regras e de convenções, cujo hábito se percebe na carta de um cortesão a um prelado escusando-se pelo pouco que lhe escrevia, uma das possibilidades que recolhem Gaspar de Tejada:

Ya sabe vuestra señoría que las cartas sin sugeto son la cosa del mundo más aborrecible y enojosa, y que, faltándome la materia del escribir, me falta todo lo que desseo, que sobre para servir a vuestra señoría suele hazer por los suyos, puedo pedir por derecho la respuesta de media dozena de cartas que me dexaron agotado para no poder ni saber escribir sin el argumento de las car-

*tas. Por todo lo cual suplico a vuestra señoría me perdone y tenga por escusada la brevedad.*⁹
(p. 100)

Valiam mais palavras modestas e próprias que alheias ou carentes de sangue e valor. De novo recorro para solucioná-lo a Gaspar de Tejada, autor na ocasião de um dos mais completos tratados impressos na Europa (depois do *Formulário* atribuído a Bartolomeo Miniature, publicado pela primeira vez em Veneza em 1475, e de novo, entre outras edições, em 1536). Cito agora pelo que oferece o caso de uma mulher a outra louvando uma carta bem escrita e reprendendo a má língua de outra:

*Aviéndome hecho vuestra merced tan señalado favor con la última que recibí, lena de regalos y mercedes, no sé qué género de respuesta sea la mía que pueda recompensar con palabras a lo menos de las mías, quanto más viendo que muchas personas escriven sus cartas llenas de palabras ajenas y vazias de niervos, sin sangre ni valor, por no saber mudar ni trasponer lo que conviene*¹⁰ (p. 110)

A linguagem e a cortesia, inseparáveis, são aspectos fundamentais do discurso epistolar e, por fim, da distinção como uma prática inequívoca da sociedade cortesã, conforme expôs Juan Enríquez de Zúñiga em seus *Conselhos políticos e morais* (1634), obra destinada a servir para a educação dos príncipes: “No que falares ou escreveres usa palavras modestas, graves, próprias e significativas de teu intento; não vãs, nem novas, nem de ostentação que peçam elas mais atentos ouvidos que a essência de que tratam.” (p. 22) Na mesma linha e ocupando-se das cartas familiares, Jerónimo Paulo de Manzanares insistiu na brevidade e na confiança como características do estilo cortesão: “Vão estas car-

⁹ “Já sabe Vossa Senhoria que as cartas sem sujeito são a coisa mais aborrecida e irritante do mundo, e que, faltando-me matéria do escrever, me falta tudo o que desejo que sobre para servir a Vossa Senhoria como devo; e, além disso, como é privado e confiado do que V. Senhoria costuma fazer pelos seus, posso pedir por direito a resposta de meia dúzia de cartas que me deixaram esgotado para não poder nem saber escrever sem o argumento das cartas. Por tudo o que vos suplico me perdoe e tenha por excusada a brevidade” (p. 100r).

¹⁰ “Tendo-me feito vossa mercê tão grande favor com a última carta que recebi, cheia de presentes e mercês, não sei que gênero de resposta possa ser a minha, para poder recompensar-vos com palavras ao menos minhas, quanto mais vendo que muitas pessoas escrevem suas cartas cheias de palavras alheias e vazias de nervos, sem sangue nem valor, por não saber mudar nem transpor o que convém” (p. 110r).

tas familiares tão breves a maioria delas porque, além de que segundo o estilo não hão de ser longas nem com afetações nem comparações, mas lisas, espontâneas e sem filosofias.” (“Prólogo do autor ao leitor”, s. fol.) Segundo ele, as “filosofias” se deviam ficar para as cartas doutas com as que se pretendia ensinar assuntos políticos ou espirituais, mas não para as familiares. Elogia-se o simples e se critica a afetação. O próprio Gaspar de Tejada retorna a isso em várias das cartas que expõe como modelo, e, particularmente, naquela “de uma senhora a outra louvando muito a graça de suas cartas”, onde se diz:

Tiéneme tan admirada la dulçura de vuestra merced que no puedo ni quiero dexar de dezir lo que devo para que por mi mano se vea que tenéys un aparato riquísimo de palabras illustres e significantes con unos sentidos muy nuevos y para sí fuessen común en un maravilloso artificio de levantarlos a ser legítimos de bastardos. También sabéys desparzír unas flores por el discurso de las cartas que parece que nacieron para sólo dalles aquel hornamento que llevan siendo vuestras, donde no se ve ninguna sombra ni señal de afetación sino que el principio se trava del fin y el fin depende del principio; y el medio conforma lo uno con lo otros, de suerte que siempre deleyta y nunca harta lo que compone vuestra mano, todo con tan sincera facilidad y legeresa quanto yo hallo difficilissimo de podello dezir como pasa.¹¹ (p. 103)

Através de uma teoria do escrever epistolar ou bem por meio da vertente mais prática dos exemplos, os manuais tratavam de enquadrar uma determinada concepção do gênero regida, segundo expôs Antonio de Torquemada, por seis questões nas que se resumem todos os aspectos que intervêm na comunicação

¹¹ “Estou tão admirada da doçura de vossa mercê que não posso nem quero deixar de dizer o que devo para que por minha mão se veja que tendes um acervo riquíssimo de palavras ilustres e significantes com uns sentidos muito novos e como se fossem comum em um maravilhoso artificio de ser legítimos em vez de bastardos. Também sabeis espalhar umas flores pelo discurso das cartas que parece que nasceram para só dar-lhes aquele ornamento que levam sendo vossas, onde não se vê nenhuma sombra nem sinal de afetação mas que o princípio se trava do fim e o fim depende do princípio, e o meio conforma um com os outros, de sorte que sempre deleita e nunca farta o que compõe vossa mão, tudo com tão sincera facilidade e ligeireza quanto eu o acho difficilissimo de poder dizer como passa”. (p. 103v.)

intercambiada através de uma carta: quem, a quem, por quê, quê, quando e de que maneira:

El que començare a escrever uma carta, ponga primero em su entendimiento y tenga delante de sus ojos, como espejo em que se mire, estas seis cosas: Quién, A quién, Por qué, Qué, Cuándo, De qué manera. Porque sin ellas yrá como el ciego que ni sabe el camino ni tiene quien se lo enseñe, y aunque vaya atentando, por fuerça una vez o otra ha de dar consigo en algún despeñadero; y el que ynconsideradamente escriviere, avrá de despeñarse en algunos yerros muy profundos, y de donde tenga muy gran dificultad en salir.¹²
(Torquemada, 1994, p. 124)

Integrados no conjunto das práticas da civilidade, cujo produto mais exemplar foram os diversos manuais destinados a ensinar as boas maneiras (Chartier, 1987), os tratados epistolares e as cartas vieram a contribuir à constituição e expansão da chamada civilização cortesã. Promoveram uma específica educação dos costumes e dos gestos, ou, o que é o mesmo, um determinado código de representação e um inconsciente político capaz de exercer o controle social através dos usos da língua, oral e escrita. (Alman, 1990, p. 115) Na medida que a sociedade respondia a uma estrutura e organização determinadas, o uso da escritura, o mesmo que o da linguagem e o silêncio (Burke [1993], 1996), devia ater-se à observação de certas regras. Daí que as práticas epistolares fossem objeto de tão meticulosa e reiterada atenção, dado que no modo de escrevê-las estava posta a própria representação do decoro e da distinção requeridos pela sociedade cortesã na Europa moderna. (Quondam, 1981; Chartier, 1991; Selmi, 1998; Doglio, 2000; Miranda, 2000) Ainda que com a exceção da Inglaterra, onde aquela não triunfou e os manuais epistolares sim que atenderam às demandas das classes trabalhadoras, representadas, de fato, nos vendedores, marinheiros, camponeses, aprendizes ou mulheres que figuram entre os correspondentes das car-

¹² "Quem começar a escrever uma carta, ponha primeiro em seu entendimento e tenha diante de seus olhos, como espelho que se olhe, estas seis coisas: Quem, A quem, Por quê, O quê, Quando, De que maneira. Porque sem elas irá como cego que nem sabe o caminho nem tem quem o ensine, e ainda que vá tentando, por força uma vez ou outra há de dar consigo em algum despeñadero; e o que desconsiderare tais coisas ao escrever, haverá de cair em alguns erros muito profundos, e de onde terá muita dificuldade de sair". (Torquemada, 1994, p. 124).

tas. (Alman, 1990, p. 114-115) Na Espanha, entretanto, como na França, Portugal e Itália, os tratados de finais do século XVI e do século XVII recolhem um repertório de modelos nos quais costumam estar ausentes os assuntos íntimos ou privados; enquanto que abundam as cartas de consolação, oferecimento de serviços, cumprimentos, reclamações ou mostras de amor galante. (Antón, 2000, p. 48) Em palavras de Jacques Lafaye (1984, p. 252), “o império das modas se impôs como nova praga onde a tradição até então havia mantido usos antigos ou ao menos relativamente estáveis”, e os célebres formulários vieram a aplacar “a exigência de uma sociedade cortesã, em que a etiqueta e uma minuciosa honra regiam umas normas cambiantes, mas constantemente estritas”.

4 As práticas epistolares, entre a ordem e a conveniência

Os *formulários e estilos* de escrever tratavam de criar um determinado cânone epistolar articulado em torno a três partes, abertura, desenvolvimento e fecho, que, em termos gerais, segue-se no discurso das cartas privadas, como também o emprego de um elenco não desprezível das fórmulas e expressões consagradas por dita literatura, segundo se pode verificar por alguns dos “lugares comuns” que Pedro Velázquez foi anotando no manuscrito intitulado *El pan quotidiano* (1574). Além disso, ao valorar a difusão destes hábitos não deve olvidar-se a figura dos intermediários de escritura, sem dúvida mais familiarizados com tais convenções, sobretudo os escrivães de ofício. Segundo dizia Beatriz de Carvallar em uma carta a seu pai, datada no México a 10 de março de 1574, a “falta de escribanos” foi justamente o motivo pelo qual sua irmã Inés não tinha podido escrever ao progenitor. (Otte, 1988, p. 85)

É claro que a aplicação do discurso contido nos manuais não se pode entender-se como algo geral. Primeiro, porque, como foi dito, o público destinatário dos mesmos estava muito centrado nos secretários, profissionais da pluma e pessoas letradas. E segundo, porque o leque previsto de momentos epistolares estava muito distante das circunstâncias das pessoas comuns e plenamente circunscrito às motivações que pudessem ter os membros da sociedade cortesã, onde eram tão importantes “as cortesias

que se hão de guardar e com que pessoas, no princípio, meio e fim das cartas, e antes da firma”, como “os envelopes escritos que se hão de pôr conforme os estados, qualidades e ofícios”, segundo rezava o subtítulo do *Nuevo estilo y formulario* (1630), de Juan Páez de Valenzuela.

Não obstante, ainda que em menor medida que nas cartas dos príncipes, prelados, cavaleiros e senhores afetados pelos modelos recolhidos na tratadística epistolar. Certas exigências da cortesia parecem consubstanciais à cerimônia das cartas, mais rígidas, é claro, quando iam remetidas aos superiores e mais descontraídas quando tinham por destinatário a um familiar, um amigo ou outra pessoa da mesma posição. As destes últimos iam dirigidas a “irmãos”, “muito desejadas e queridas mulheres”, “filho de minha alma”, “filhos meus”, “filhos e queridos de meu coração” “esposos e meus queridíssimos”, “irmãos de meu coração”, “amadas filhas”, “senhores sobrinhos”, “mui amadas irmãs”, “senhoras irmãs”, “senhora mãe”, “senhores pais”, “senhores irmãos”; enquanto que as súplicas, memoriais e outras variantes das *lettere ai potenti* (Repetti, 2000) adotaram um tom mais protocolar e distanciado, sendo endereçadas, entre outros, a “ilustríssimos senhores”, “mui poderosos senhores”, “mui magnífico e reverendo senhor”, “ilustríssima senhora” ou “ilustríssimo e reverendíssimo senhor”. O que não era óbice para que estes tratamentos também se adotassem em cartas privadas e alguns escrevessem a seus “mui magníficos senhores irmãos” e outros a seus “mui magníficos senhores e mui desejados filhos”, sem faltar quem chamou “bem meu” a sua mulher.¹³

Obviamente tais usos devem ser considerados em virtude da função perseguida pelas cartas e das situações em que foram escritas. Jerónimo Paulo de Manzanares dá a entender quando anota, no “Prólogo do autor ao leitor” de seu *Formulario*, que neste “tampouco vão os títulos e cortesias de antes porque estas não se usam com a ordem e mandato que com tanto acordo se deu sobre isso”.

Adaptado aos tempos e às circunstâncias, o tratamento era um dos dispositivos essenciais das regras de “conveniência” seguidas nos intercâmbios epistolares, e uma razão importante para entender a reiterada publicação de formulários com os quais fi-

¹³ É o caso de Gaspar Mejía na carta que escreveu a Catalina Domínguez de Zacatecas em 5 de janeiro de 1587 (Otte, 1988, p. 212). As formas de tratamento enumeradas procedem fundamentalmente das cartas recolhidas nesta obra e na de Sánchez y Testón (1999).

zar “cátedra aonde se leia como se há de fazer – a maneira de dizer –, porque ora se deixa papel de uma parte, ora de outra, e a quem não se costumava pôr Manífico, faz questão de pôr Ilustre”, segundo refere Teresa de Jesús em um momento de seu *Libro de la vida*. (Jesús [1588], 1997, p. 442) Abundando no mesmo, a freira de Ávila voltará sobre a importância dos tratamentos na consulta que, em 1576, fez ao padre Jerónimo Gracián a propósito do cabeçalho que devia pôr nas cartas dirigidas a seu valedor em Madrid: “Não olvide vossa paternidade de escrever-me como se chama o homem a quem eu hei de dirigir as cartas a Madrid, aquele criado de seu pai. Olhe não se olvide de dizer-me como lhe hei de pôr no cabeçalho, e se é pessoa a quem se possam dar os [portes]”. (Jesús, 1984, p. 1428) E por sua parte, embora fosse em tom irônico, Melchor de Santa Cruz incorporou entre as sentenças de sua *Floresta española* (1574) um ramalhete dedicado às disputas e confusões geradas pelo mau uso dos cabeçalhos. Valha de mostra o exemplo do cavalheiro e o pobre escudeiro e a carta enviada pelo primeiro ao segundo com um cabeçalho que dizia: “A meu senhor primo,” a que o surpreso pajem respondeu da seguinte forma:

*Tal manera de favor,
No me la deis, ni la quiero:
Para primo soy grosero,
Y pobre para señor.¹⁴*
(Santa Cruz [1574], 1996, p. 380)

E após a saudação, a carta em seu desenvolvimento. Quase sempre se começa por dar conta daquela a que se responde ou por manifestar a ânsia de novidades criada pela distância, para logo entrar de cheio no detalhe dos assuntos referidos. Aqui influi que a carta fosse familiar, ou melhor, se tratasse de uma missiva diplomática, que os correspondentes fossem pessoas comuns, intelectuais ou embaixadores. Os temas oscilam segundo a modalidade da missiva e a condição de quem a escreve, como também tudo isto tinha sua repercussão na linguagem empregada e na organização do discurso. Ainda que, nas palavras de Antonio de Torquemada, os que menos liberdade tinham eram os se-

¹⁴ Tal maneira de favor,
Não ma deis, nem a quero:
Para primo sou grosseiro,
E pobre para senhor.

cretários, obrigados por seu ofício a manter uma determinada retórica epistolar: “Os secretários dos senhores não têm tanta liberdade para poder fazer isto, porque a linguagem que se usa em seu ofício é muito diferente e por diversos termos do que todos os demais costumam usar.” (Torquemada [ca. 1552], 1994, p. 135)

Exceto eles, segundo prescrevia a teoria ao uso, o estilo das cartas – entendendo-se por isto, “a ordem que se tem no escrever, subindo ou diminuindo ou mediando a qualidade das palavras e sentenças que se escrevem” (Torquemada [ca. 1552], 1994, p. 137) – devia acomodar-se à “condição e qualidade da pessoa”, posto que, como argumenta o secretário do conde de Benavente, “os que escrevem cartas, hão de saber variá-las e mudar em diversas maneiras, como mudam o polvo e o camaleão”, ou, dito mais amplamente, que:

Conforme a esto, todos tenemos licencia de escrever nuestras cartas con estas condiciones: mirando y considerando las materias que se tratan para alargarnos o acortarnos, subirnos de punto en el estilo, o avaxarnos; y no menos se ha de mirar para esto, como ya se tocó en la última consideración, la condición y calidad de la persona, para que las cartas que escriviéremos no sean todas de una manera, sino diferentes conforme a las diferencias que ovriere entre nosotros y las personas a quien se escriven. Porque han de ser: a los moços, como a moços, y a los viejos como a viejos; a los filósofos y sabios, en cosas de ciencia; a los del palacio, en cosas de burla; a los capitanes, en cosas de guerra; a los príncipes y señores, en cosas de nuevas o que toquen a su servicio; o pidiéndoles alguna merced; y de esta manera a todos los demás quando no ovriere materia forçosa para tratar otros negocios diferentes de su profesión.¹⁵ (Torquemada [ca. 1552], 1994, p. 135)

¹⁵ “Conforme a isto, todos temos licença de escrever nossas cartas com estas condições: olhando e considerando as matérias que se tratam para alargar-nos ou reduzir-nos, subir-nos de ponto no estilo, ou nos conter; e não menos se há de observar isto, como já se tocou na última consideração, a condição e qualidade da pessoa, para que as cartas que escrevamos não sejam todas de uma maneira, mas diferentes conforme às diferenças que hajam entre nós e as pessoas a quem se escrevem. Porque hão de ser: aos moços, como a moços, e aos velhos como a velhos; aos filósofos e sábios, em coisas de ciência; aos do palácio, em coisas de burla; aos capitães, em coisas de guerra; aos príncipes e senhores, em coisas de novas ou que toquen a seu serviço, ou pedindo-lhes alguma merçe; e desta maneira a todos os demais quando não houver matéria forçosa para tratar outros negócios diferentes de sua profissão.” (Torquemada [ca. 1552], 1994, p. 135)

Mudar e transpor o discurso, definitivamente adaptar-se à pessoa do destinatário da carta sem incorrer em nenhum tipo de pedantismo, eram requisitos de toda carta que se pretendesse bem escrita. Lope de Vega, por exemplo, sabia adaptar-se: com os poetas tratava de poesia; com o duque de Sessa, de mulheres e frustrações cortesãs; com os clérigos, de discursos morais e com os senhores, de honras e honores. (Marín, 1985, p. 9) Idênticas apreciações poderiam fazer-se da produção de outros homens de letras daquela época, enquanto que o discurso de pessoa comum se caracteriza por uma maior espontaneidade. Com respeito às cartas das mulheres que emigraram a Índias se afirma que seu estilo não é somente distinto do que costumam empregar os homens, mas que também adota formas mais coloquiais e carinhosas. Tratar-se-ia muito mais de uma escritura dos sentimentos, apegada à realidade mais próxima, por isso que as cartas entre mulheres ou destas para os homens (pais, maridos, filhos ou irmãos) abundem com maior atenção nos detalhes familiares e cotidianos (García Mouton, 1996-1997). Não se trata de interpretá-las como se a epistolografia fosse um gênero feminino (Planté ed., 1998; Torras 2001), mas, sim, de destacar alguns conteúdos e particularidades inerentes ao discurso das missivas escritas por mulheres, que inclusive poderiam estender-se ao aspecto puramente gráfico. Aponta esta possibilidade por um lado, a similaridade que se pode apreciar no traçado de boa parte destas cartas e, no âmbito das espirituais, o fenômeno de *imitatio grafica* que alentou a escritura de Teresa de Jesús e, por outro lado, a leitura que podemos fazer das mesmas opiniões vertidas na época. Reporto aqui o testemunho de Pedro de Mayorzo numa carta escrita a sua mulher Isabel de Herrera, residente de Triana, de San Juan de Ulúa el 9 de febrero de 1594, na qual lhe dizia que, pensava-se ir com ele, primeiro o comunicara por meio de uma carta “de boa letra, que não seja de mulher, para que se entenda, e eu busque aonde melhor nos acomodemos”. (Otte, 1988, p. 179)

Estamos diante de um reflexo da mentalidade patriarcal ou diante do indício de uma realidade? Talvez não seja necessário colocá-lo como uma questão antagônica. Por um lado, conta a conotação sexista do alfabetismo, de maneira que indubitavelmente eram mais numerosas as mulheres analfabetas ou menos destras no manejo da pluma, e, por outro, tampouco se pode negar que tais considerações emanam de uma ordem

social e simbólico regido por critérios patriarcais, interiorizado, inclusive, por muitas mulheres. Como dona Mariana de Morguiz quando diz, em uma carta a seu pai Juan Rodríguez, datada no México a 26 de abril de 1562, que “as mulheres não têm tanto artifício para escrever”, depois de escusar-se pela demora com que o fazia “por não ter com quem escrever”. (Otte, 1988, p. 43, nº 7) Segundo se pode deduzir de outra carta da mesma data dirigida a seu irmão Diego, é possível que ela não soubesse, ou que não pudesse fazê-lo por alguma outra razão: “Eu aceitei escrever a vossa mercê por um mercador que se chama Juan de la Isla, que é de Triana junto a Sevilla, e por ele escrevo a meu pai, e também aceitei escrever a vossa mercê.” (Otte, 1988, p. 43, nº 6)

Ao término da carta, na despedida, volta ao protocolo e à cortesia, cerrando, assim, um artefato cultural cuja linguagem e disposição projetam uma determinada imagem da pessoa que escreve. E enquanto representação desta, a prática do escrever não podia descuidar sua presença, sua materialidade. Falando das cartas dos homens da corte, Francisco Rodrigues Lobo expôs em sua *Corte na aldeia e noites do inverno* (1619) que a “polícia” das missivas do “homem da corte” devia atender também aos “exteriores” delas, “que há de ter: cortesia comum, regras direitas, letras juntas, razões apartadas, papel limpo, dobras iguais, chancela sutil e selo claro”. (Lobo, 1991, p. 75) Antes dele, Antonio de Torquemada também dedicou umas páginas de seu *Manual de escribientes* à letra que “se há de escrever nas cartas”:

Aunque me preguntáis una cosa muy notoria, os la diré. Y es que la letra ha de ser de buen tamaño, ni muy grande ni muy pequeña, hermosa, y igual, clara, de manera que se dexa leer bien, las partes apartadas, y que sea conforme al uso del tiempo y de la tierra donde se escribe [...] Y así digo yo que la letra ha de ser mediana, porque algunos la haxen tan grande que parecen letrones, y otros la haxen tan menuda que apenas dexa leerse. Quando está puesta en el medio parece muy bien a todos. Y porque una de las condiciones que mejor está a la letra en el medio pareç muy bien a todos. Y porque una de las condiciones que mejor está a la letra es dexarse leer fácilmente, qualquiera que escribe açertará en uno usar de abreviaturas, sino

*escriuirlo todo por letras, pues que es tan poco el trabajo que se escusa; porque ponidose dize abreviaturas en una carta, no escusan medio renglón de escritura y confunden el entendimiento del que la lee para estar adivinando lo que quieren dezir.*¹⁶ (Torquemada [ca. 1552], 1994, p. 37-38)

Tal atenção aos dispositivos formais, da qual era parte a administração dos brancos (Chartier, 1991, p. 174-175), deve-se por em relação com a inquietude pelo bem escrever que se desenvolve nos contemporâneos tratados de caligrafia. Ambos os tipos de manuais revelam o valor dado à materialidade da escritura e a seu significado como prática de representação. Se Pedro de Madariaga afirmou em sua *Honra de escrivanos* (1565) que a “boa pluma” é o mesmo que “escrever boa letra, verdadeira e liberalmente, que tanto faz dizer boa pluma como boa letra ou boa mão” (p. A3r), estabelecendo, assim, uma certa equiparação entre a pluma e o *status* social; antes Antonio de Torquemada já se havia detido no caráter representativo da escritura ao afirmar que “a letra parece muito bem para qualquer coisa que se escreve”. Certo que previamente havia escusado dessa obrigação aos senhores que escrevem “pela mão alheia”, ainda que tenha acrescentado que, nesses casos, o melhor seria remediar tal carência servindo-se de secretários. (Torquemada [ca. 1152], 1994, p. 37)

Está claro que o respeito a essa ordem foi maior entre os amantes da escrita – “escritófilos”, mas também se encontra nas cartas de outras pessoas que não escreveram mais de umas poucas. Valham como prova o par que se reproduz nestas páginas: uma de María de Bazán a seu filho Pedro Rodríguez de Medina, datada em Tamalameque, no Novo Reino de Granada, no dia 25 de abril de 1575 (Otte, 1988, p. 314-315) e a outra, de Catalina de Jesús a Sebastián Ramos, mestre de barco, ela em Sevilha e ele em Gaxaca. Note-se que em ambas se aprecia um certo equilíbrio entre o espaço gráfico determinado pelo fólio e a

¹⁶ “Ainda que me pergunteis uma coisa muito notória, vos direi. A letra há de ser de bom tamanho, nem muito grande nem muito pequena, formosa, igual, clara, de maneira que se deixe ler bem, as partes apartadas, e que seja conforme o uso do tempo e da terra onde se escreve [...] E assim digo eu que a letra há de ser média, porque alguns a fazem tão grande que parecem letrões, e outros a fazem tão miúda que quase não se pode lê-la. Quando está posta no meio parece muito bem a todos. E porque uma das condições que melhor está a letra é deixar-se ler facilmente, qualquer um que escreva acertará em não usar de abreviaturas, mas escrevê-lo todo por letras, pois que é tão pouco o trabalho que se escusa; porque pondo-se dez abreviaturas em uma carta, não escusam meia linha de escritura e confundem o entendimento de quem a lê para estar adivinando o que querem dizer”. (Torquemada [ca. 1552], 1994, p. 37-38)

superfície ocupada pelo texto escrito. Destaca-se o respeito a uma generosa margem branca na parte superior e um pouco menor no lado esquerdo do papel, assim como no intervalo entre linhas, ainda que a escritura de ambas se pode ater à categoria dos “escritores inábeis”. (Blanche-Benveniste, 1993, p. 167-168; [1994] 1998, 138-141) Ao lado do módulo geralmente grande do traço, indica-o, em concreto, a exagerada fragmentação, ao ponto de fazer da sílaba a unidade principal da linguagem escrita, segundo relevou Rita Marquilhas para o caso das *mãos inábeis* no Seiscentos português. (2000, p. 242-257) Veja-se a decomposição do texto, entre outras, nas linhas 5 (“me de a vi so de co”) e 9 (“com o por ta dor”) da carta de Catalina de Jesús, ou nas linhas 6 e 7 (“de dar minhas car tas di rei nes ta a subs / tan cia da ou tra e é co mo por mis pe ca”) da escrita por María de Bazán.

Uns e outros aspectos convertiam a carta em um artefato capaz de representar as regras do pacto social e, portanto, de projetar uma determinada imagem de quem a tinha escrito e de sua posição naquela sociedade, principalmente se admitimos, como dissera Agustín González de Amezúa, que “os espanhóis de então se mostravam tão severos e minuciosos no gênero epistolar, porque nele viam refletidos os atributos e privilégios que separavam umas classes de outras”. ([1935] 1989, I, p. 216) Tirando essa presumida singularidade dos espanhóis, posto que, como já foi dito, seus hábitos não eram muito distintos dos implantados em outros lugares da Europa, o resto se ajusta ao detalhe com os aspectos de uma cerimônia, a epistolar, perfeitamente ritualizada e mediante a qual os indivíduos, expostos a diferentes referências e modelos, formularam seu particular modo de classificar a realidade e de organizar as relações com os outros. (Camargo, 2000, p. 208) De tal modo que alterar o protocolo da escritura de cartas implicava, afinal, romper o “pacto social”. Algo disto é o que vem a dizer-nos Melchor de Santa Cruz quando declara, em um dos apotegmas de sua *Floresta española*, que o segundo marquês de Tarifa, Pedro Afán de Ribera, enviou uma carta a um cavaleiro de estado mediano, na qual o secretário pôs “Senhor” a um lado da mesma, o que indignou ao fidalgo. Inteirando-se o marquês por um terceiro, “e oferecendo-se outra ocasião de escrever-lhe, usou o Senhor em um papelzinho avulso, deixando bom espaço em branco no alto da carta, e avisou-lhe que ele, por sua mão lhe

pusesse onde mais lhe agradasse”.¹⁷ (Santa Cruz [1574], 1996, p. 380)

Ainda que um pouco destemperada, a resposta do marquês de Tarifa nos demonstra que a honra das pessoas passava também pelo respeito às convenções formalizadas em cada ato de escritura, pois esta era parte da construção daquela sociedade e não podia esquecer suas regras. Já o disse Baltasar Gracián na segunda parte de *El criticón* (1653), encerrando a competição entre as Artes e as Ciências pelo título de Rainha. Diante dos risos que havia produzido o vivo elogio que as Artes fizeram da obra *De conscribendis epistolis* de Luis Vives, sua resposta não pode ser mais conclusiva: “Muito senti ao ver-vos hoje tão vulgarizantes. Só pode ser satisfação reconhecer-vos desenganados. Adverti que não há outro saber no mundo todo como o saber escrever uma carta: e quem quiser mandar, pratique aquele importante aforismo: *Qui vult regnare, scribat*, quem quer reinar, escreva”. (Gracián [1653], 1996, p. 506)

Referências bibliográficas

ÁGREDA, María de Jesús. Cartas de sor María de Jesús de Agreda e de Felipe IV, ed. Carlos Seco Serrano, em *Epistolario español*. Madrid: Atlas («Biblioteca de Autores Españoles», 108-109), 1958.

_____. *Correspondencia con Felipe IV. Religión y razón de Estado*, ed. Consolación Baranda. Madrid: Castalia / Instituto de la Mujer, 1991.

ALMAN, Janet. Pour une histoire culturelle de la lettre: l'épistolaire et l'État sous l'Ancien Régime. In: BOSSI, Mireille; PORTER, Charles A. (dirs.). *L'épistolarité a travers les siècles. Geste de communication et/ou d'écriture*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1990, p. 106-115.

ANTÓN PELAYO, Xavier. Les pratiques épistolares (segles XV-XIX). In: *M'escruià una carta?* Gerona: Museu d'Art, 2000, p. 44-53.

ARROYO RODRÍGUEZ, Luis Antonio. Las mercancías de un vendedor de pliegos de cordel de la segunda mitad del siglo XVI, *Bulletin Hispanique*, 101, 1999, 1, p. 247-251.

BARTOLI LANGELI, Attilio. *La scrittura dell'italiano*. Bologna: Il Mulino, 2000.

¹⁷ Muito similar a este é outro testemunho recolhido em *El galateo español*. (Castillo, 2000, p. 126-127)

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. Les unités: langue écrite, langue orale. In: PONTECORVO, Clotilde; BLANCHE-BENVENISTE, C. (eds.). *Proceedings of the Workshop on Orality versus Literacy: Concepts, Methods and Data*. Siena, Italy, 24-26 September 1992. Estrasburgo, European Science Foundation, 1993, p. 133-194. Mais recentemente, ainda que um pouco resumido, com o título Las unidades de lo escrito y lo oral, en BLANCHE-BENVENISTE, Claire: *Estudios lingüísticos sobre la relación entre oralidad y escritura*. Barcelona: Gedisa, 1998, p. 65-104. sobre la relación

—. Establecimiento del texto [1994]. In: BLANCHE-BENVENISTE, Claire. *Estudios lingüísticos...* op. cit., p. 129-150.

BOUZA, Fernando (Ed.). *Cartas de Felipe II a sus hijas*. Madrid: Akal, 1998.

BURKE, Peter. Hablar y callar. Funciones sociales del lenguaje a través de la historia [1993]. Barcelona: Gedisa, 1996.

CAMARGO, Maria Rosa Rodriguez Martins. Cartas adolescentes. Uma leitura e modos de ser... In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Org.). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 203-228.

CARVAJAL y MENDOZA, Luisa de. *Epistolario y poesías*. Madrid: Atlas (Biblioteca de Autores Españoles, 179), 1965.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Escrituras y escribientes. Prácticas de la cultura escrita en una ciudad del Renacimiento*. Las Palmas de Gran Canaria: Gobierno de Canarias/Fundación de Enseñanza Superior a Distancia, 1997.

—. «Hablen cartas y callen barbas». Escritura y sociedad en el Siglo de Oro, *Historiar*, 4, 2000, 116-127.

—. Entre le public et le privé. Strategies de l'écrit dans l'Espagne du Siècle d'Or, *Annales: E.S.C.*, 4, 2001.

CHARTIER, Roger. Distinction et divulgation: la civilité et ses livres. In: CHARTIER, R. *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*. Paris. Éditions du Seuil, 1987, p. 45-86.ros.

—. Des «secrétaires» pour le peuple? Les modèles épistolaires de l'Ancien Régime entre littérature de cour et livre de colportage». In: CHARTIER, R. (dir.). *La correspondance. Les usages de la lettre au XIXe siècle*. Paris: Fayard, 1991, p. 159-207.

COURCELLES, Dominique de. Les lettres d'Estefanía de Requesens, épouse de Juan de Zúñiga, à sa mère, la comtesse de Palamós (1553-1540): entre la Catalogne et la Castille, l'affirmation d'un lignage à

l'époque de Charles Quint». In: REDONDO, Augustin (Ed.). *Relations entre hommes et femmes en Espagne aux XVIe et XVIIe siècles. Réalités et fictions*. Paris: Publications de la Sorbonne / Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1995, p. 67-78.

DADSON, Trevor J. *Libros, lectores y lecturas. Estudios sobre bibliotecas particulares españolas del Siglo de Oro*. Madrid: Arco/Libros, 1998.

DOGLIO, Maria Luisa. *L'arte delle lettere. Idea e pratica della scrittura epistolare tra Quattro e Seicento*. Bologna, Il Mulino, 2000.

ELLIOT, John H.; PEÑA, José Francisco de la. *Memoriales y cartas del Conde Duque de Olivares*. Madrid: Alfaguara, 1978-1981. 2 tomos.

ENRÍQUEZ DE ZÚÑIGA, Juan. *Consejos políticos y morales*. Cuenca: Julián de la Iglesia, 1634.

FONTÁN, Antonio; AXER, Jerzy (eds.). *Espanoles y polacos en la corte de Carlos V. Cartas del embajador Juan Dantisco*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

GARCÍA MOUTON, Pilar. Las mujeres que escribieron cartas desde América (siglos XVI-XVII, *Anuario de Lingüística Hispánica*, XII, 1996-97, p. 319-326.

GIMENO BLAY, Francisco M. Aprender a escribir en el Antiguo Régimen. In: ESCOLANO BENITO, Agustín (dir.). *Historia ilustrada del libro escolar en España. Del Antiguo Régimen a la Segunda República*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez/Ediciones Pirámide, 1997, p. 291-314.

...missivas, mensageras, familiares.... Instrumentos de comunicación y de gobierno en la España del Quinientos. In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio (comp.). *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona, Gedisa, 1999, p. 193-209.

GONDOMAR, Conde de. *Correspondencia del Conde de Gondomar*, vol. I, *Catálogo de la Real Biblioteca*, tomo XIII. Madrid: Patrimonio Real, 1999.

GONZÁLEZ DE AMEZÚA, Agustín. *Lope de Vega en sus cartas*. Introducción al epistolario de Lope de Vega Carpio, en *Epistolario de Lope de Vega Carpio*, ed. de Agustín González de Amezuá. Madrid: Real Academia Española, vol. I [1935] 1989.

GRACIÁN, Baltasar. *El Criticón* [1653], ed. Santos Alonso. 6. ed. Madrid: Cátedra, 1996.

GRASSI, Marie-Claire. *Lire l'épistolaire*. Paris: Dunod, 1998.

GUILLAUME-ALONSO, Araceli. *Lettres à mon père. Aspects des rapports homme femme, a la fin du XVIe siècle, à travers la*

correspondande de Victoria de Toledo. In: REDONDO, Augustin (Ed.). *Relations entre hommes et femmes...* op. cit., 1995, p. 79-94.

GUILLÉN, Claudio. La escritura feliz: literatura y epistolaridad. In: GUILLÉN, Claudio. *Múltiples moradas. Ensayo de Literatura Comparada*. Barcelona: Tusquets, 1998, p. 177-233.

HÉBRARD, Jean. Des écritures exemplaires: l'art du maître écrivain en France entre XVIe et XVIIIe siècle. *Mélanges de l'École française de Rome. Italie et Méditerranée*, 107, 1995, 2, p. 473-523.

ICIÁR, Juan de. *Nuevo estilo de escribir cartas mensageras*. Zaragoza: Agustín Millán, 1552.

JESÚS, Teresa de. *Libro de la vida* [1588], ed. Dámaso Chinarro. Madrid: Cátedra: Madrid, 1997, 11. ed.

—. *Obras completas*. Madrid: Editorial de Espiritualidad, 1984. 3. ed.

JONES, J. A. Pedro de Valencia en su correspondencia: carta y relación de unos papeles de Alonso Sánchez. *Boletín de la Real Academia Española*, LXV, 234, 1985, p. 133-142.

LAFAYE, Jacques. Del secretario al formulario. Decadencia del idel humanista en España (1550-1630). In: SCHWARTZ LERNER, Lia y LERNER, Isaías (eds.). *Homenaje a Ana María Barrenechea*. Castalia: Madrid, 1984, p. 247-260.

LAPEYRE, Henri. *Une famille de marchands: les Ruiz*. Contribution à l'étude du commerce entre la France et l'Espagne au temps de Philippe II. Paris: Armand Colin, 1955.

LLEDÓ, Emilio. *El silencio de la escritura*. Madrid: Espasa Calpe, 1998.

LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia* [1619], ed. de José Adriano de Carvalho. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

LÓPEZ BUENO, Begoña (Ed.). *La epístola*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000.

MADARIAGA, Pedro de. *Libro subtilíssimo intitulado honra de escrivanos*. Valencia: Juan de Mey, 1565.

MANDINGORRA LLÁVATA, María Luz. *Conservar las escrituras privadas, configurar las identidades*. València: Universitat de València, Seminari Internacional d'Estudis sobre la Cultura Escrita, 2000.

MANZANARES, Jerónimo Paulo. *Estilo y formulario de cartas familiares según el gobierno de prelados y señores temporales. Do se ponen otras cartas con sus respuestas y algunas de oficios de República*. Madrid: Alonso Martínez, 1607.

- MARÍN. Introducción. In: VEGA, Lope de. *Cartas*, ed. de Nicolás Marín. Madrid: Castalia, 1985, p. 7-51.
- MARQUILHAS, Rita. A Faculdade das Letras. *Leitura e escrita em Portugal* (sec. XVII). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (Org.). *Prezado senhor, prezada senhora. Estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 41-54.
- NIEREMBERG, Juan Eusebio. *Epístolas del reverendo padre Eusebio Nieremberg, religioso de la compañía de Jesus*, publicadas por Manuel de Faria y Sousa. Madrid, Alonso de Paredes, 1649.
- OTTE, Enrique. *Cartas privadas de emigrantes a Índias, 1540-1616*. Jérez (Cádiz) – Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura/Escuela de Estudios Hispanoamericanos de Sevilla, 1988.
- PAGÉS-RANGEL, Roxana. *Del dominio público: itinerarios de la carta privada*. Amsterdam: Rodopi, 1997.
- PELLIGER, Juan Vicente. *Formulario y estilo curioso de escribir cartas missivas, según la orden que al presente se guarda y la que deven tener qualesquier perlados y señores en las que escrivieren a todo género de personas*. Madrid: Pedro de Madrigal, 1599.
- PÉREZ, Antonio. *Relaciones y cartas*, ed. Alfredo Alvar Ezquerria. Madrid: Turner, 1986. 2 vols.
- PÉREZ VILLANUEVA, Joaquín. *Felipe IV y Luisa Enríquez Manrique de Lara, condesa de Paredes de Nava*. Salamanca: Ediciones de la Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Salamanca, 1986.
- PETRUCCI, Armando. Dietro lo specchio. Alcune riflessioni per non concludere. In: MESSERLI, Alfred; CHARTIER, Roger (eds.). *Lesen und Schreiben in Europa 1500-1900. Vergleichende Perspektiven. Perspectives comparées. Perspettive comparate*. Basel: Schwabe & Co. AG. / Verlag, 2000, p. 611-618.
- PLANTÉ, Christine (Ed.). *L'Épistolaire, un genre féminin?* Paris: Honoré Champion, 1998.
- QUONDAM, Amedeo. *Le carte messaggiere. Retorica e modelli di comunicazione epistolare: per un indice dei libri di lettere del Cinquecento*. Roma: Bulzoni, 1981.
- REPETTI, Paola. Scrivere ai potenti. Suppliche e memoriali a Parma (secoli XVI-XVIII). In: MESSERLI, Alfred y CHARTIER, Roger (eds.). *Lesen und Schreiben in Europa 1500-1900...*, op. cit., 2000, p. 401-428.

Publicado también, con el título «Scrivere ai potenti. Suppliche e memoriali a Parma (secoli XVI-XVIII). Lo Stato, la giustizia, la supplica», en *Scrittura e civiltà*, XXIV, 2000, p. 295-358.

REQUESENS, Estefanía: *Cartes intimes d'una dama catalana del segle XVI. Epistolari a la seva madre la comtessa de Palamós*, ed. Maite Guisado. Barcelona: Rasal, edicions de les dones, 1987.

RIBA GARCÍA, Carlos (Ed.). *Correspondencia privada de Felipe II con su secretario Mateo Vázquez, 1567-1591*. Madrid: CSIC, 1959.

ROCHA, André. *A Epistolografia em Portugal*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

RODRÍGUEZ RASO, Rafaela (Ed.). *Maximiliano de Austria, Gobernador de Carlos V en España: cartas al Emperador*. Madrid: Escuela de Historia Moderna, 1963.

SALINAS, Pedro. *El defensor* [1948]. Madrid: Alianza, 1993, 13ª reimp.

SÁNCHEZ RUBIO, Rocío y TESTÓN NÚÑEZ, Isabel. *El hilo que une. Las relaciones epistolares en el Viejo y el Nuevo Mundo (siglos XVI-XVIII)*. Cáceres-Mérida: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones / Junta de Extremadura, Editora Regional, 1989.

SANTA CRUZ, Melchor de. *Floresta española* [1574], ed. Maximiliano Cabañas. Madrid: Cátedra, 1996.

SANTIAGO RODRÍGUEZ, M. Cartas del Conde-Duque de Olivares escritas después de su caída, *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 76, 1973, p. 323-404.

SELMÍ, Elisabetta. Fra «negotio» e «parole»: per una «institutio» retorica dei «libri del segretario». In: CHEMELLO, Adriana (Ed.). *Alla lettera*. Teorie e pratiche epistolari dai greci al Novecento. Milano: Guerini, p. 173-227.

TEJEDA, Gaspar de. *Cosa nueva*. Primero libro de cartas mensageras, en estilo cortesano, para diversos fines y propósitos con los títulos y cortesías que se usan en todos los estados. Valladolid: Sebastián Martínez, 1553.

TORQUEMADA, Antonio de. *Manual de escribientes* [ca. 1552], ed. Manuel Arroyo Stephens. In: TORQUEMADA, Antonio de. *Obras completas*. Madrid: Turner (Biblioteca Castro), 1994.

TORRAS FRANCÈS, Meri. *Tomando cartas en el asunto: las amistades peligrosas de las mujeres con el género epistolar*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2001.

TORRES, Concepción. *Ana de Jesús, cartas (1590-162): religiosidad y vida cotidiana en la clausura femenina del Siglo de Oro*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995.

TRUEBALAWAND, Jamile. *El arte epistolar en el Renacimiento español*. Madrid: Támesis, 1996.

VALLADARES, Rafael. *Epistolario de Olivares y el Conde de Basto (Portugal 1637-1638)*. Badajoz: Diputación de Badajoz, 1998.

VELÁZQUEZ, Pedro. *El pan quotidiano*. 1574. Biblioteca Francisco de Zabálburu. Madrid: Ms. 73-272.

VINYOLES, Teresa. Cartas de mujeres medievales: mirillas para ver la vida. In: SEGURA GRAIÑO, Cristina (Ed.). *La voz del silencio, II*. Historia de las mujeres: compromiso y método. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 1993, p. 91-133.

VIOLI, Patrizia. Cartas. In: VAN DIJK, Teun A. (Ed.). *Discurso y literatura*. Nuevos planteamientos sobre el análisis de los géneros literarios. Madrid: Visor, 1999, p. 181-203.

VIVES, Juan Luis. *Epistolario*, ed. José Jiménez Delgado. Madrid: Editora

Nacional, 1978.

ZARRI, Gabriela (Ed.). *Per lettera*. La scrittura epistolare femminile tra archivio e tipografia, secoli XV-XVII. Roma, Viella, 1999.

t

muy amado y de sea do
 y no me deley cosca m

• en la lengua es clla qm co la nro
 de la opo nca pr sa se ce on os en ber
 de p os os ou cetas y p o q a se p o s q i i
 de d u e d g o m b u e m m a y q o d z o
 en d e c o c l o n a r e z t a m t o c n y q a d o
 de q m n s c r e a s q e e n e s e d l o m o
 e n c i a d e l a o e a y e s c o m o p o z q s p e c a
 q o m e l l e r o q o s a m m d q p o j u a n
 d e y p e l e t a b s p e z i d e l a g o s d a i l t o s
 d e l a m a s z i s f e z d e s c o n s o l a d a m o s
 d e l m u d o z d e s p a r e s d e s u m e z t e m e n
 y a y d o t a m t a s p e z i d e c a s y d e s g r a c i a s d
 z e m e y n o v u n a y a z q d a d e n e g z o s
 q n a l y m c u a t r o m s p e s o s m a e a z e d u o z
 q a n o y l a m a s p r t e d e l a d i g a z a n o a e s
 t a n e n o l r e y n o a b o n d e e l m u n d o y s e
 a n e l e d o b r a c e a d o z e s c o n e l l a c o m
 s o y m u j e z e o d o z e a p e r q d o y a n m e t e
 m e n e d l o m a s d e l q e z m s i p e s o s d e l e
 y d e s o l o m e q d e p r z a m y c o n d e l o x i
 h u e n d u m e z t e q m u n d o c o m o m e d p a s t a l
 y s i n p o l a z a d a h a d e m o z e t f o n g o
 m e s s i b a d u n q u o d e l l o s s u y o s e l m u n d o
 v e n g a e n e l p e q u e l u a n o n c a e a d e l a o
 m e z e y n o d e q u e m e a l l e g a d o e s t a

1. Carta de María de Bazán a seu filho Pedro Rodríguez de Medina. Tamalameque, 25 de abril de 1575. Archivo General de Índias, Sevilla. Indiferente, 2087, nº. 129, fol. 1r.

33 112

— t —

Dios me sea con
 vna mi misa de
 en la su. de se ve
 ya sea a quien se
 me den bise de co
 mo la vna el gran
 y de se bise un
 vna me en bise
 con el que en do
 en a sea ba. de
 en un y sea del godo
 y del mayor con
 en bise de y med
 do se van de y los
 600 (10) No se de
 con bise de los con
 en la de se bise un

2. Carta de Catalina de Jesús a Sebastián Ramos, mestre de barco. Sevilla, 1613. Archivo General de Indias, Sevilla. Contratación, 944B, nº. 3, fol. 116r.

